

Caesb ameaça reajustar à revelia

MARCO ANTONINI

A Caesb pode quebrar o preceito de ser a única companhia de água e esgotos do País a respeitar os reajustes autorizados pela Seap (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços). Se o aumento, que poderá sair hoje, segundo o subsecretário de Tarifas e Preços do Ministério da Fazenda, Renaut de Freitas Castro, for inferior a 50 por cento, provavelmente a tarifa será corrigida por conta própria, como ocorre nos demais estados brasileiros.

"Seremos obrigados a pela primeira vez, a reajustar por conta própria", comentou ontem pela manhã o presidente da estatal, Ulisses Assad. Segundo dados da Assessoria de Comunicação Social da Caesb, de janeiro a junho, o índice de reajustes autorizados totalizou 81 por cento, contra os 148 por cento de inflação acumulada. A direção pediu à Seap um aumento de 78 por cento.

Outro recorde apontado pelos diretores, diz respeito ao valor da tarifa, a mais barata do País. Dez por cento da população pagam a tarifa mínima, correspondente a 10 mil litros de

água, de NCz\$ 0,90. Operando há quatro meses no vermelho, a estatal, de acordo com seu presidente, se auto-sustenta, sem receber recursos do tesouro do GDF.

Este ano foram autorizados três reajustes: 31 por cento em janeiro; 9,8 por cento em maio e 26,19 por cento em junho. A diretoria da empresa solicitou à Seap, há dois meses, a majoração na tarifa da ordem de 74 por cento, distribuídos medianamente parcelamento. Em maio, seria 51 por cento, em junho, 10 por cento mais o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e, no mês de junho, 5 por cento, somados ao IPC. Segundo a Assessoria de Comunicação Social, o índice seria para atender à lei tarifária, ou seja, o serviço pelo custo.

A empresa alega também que, para atender aos constantes trabalhos de manutenção e modernização do sistema de abastecimento do DF, necessita empregar grandes recursos, para não haver queda na qualidade do serviço prestado à comunidade.

Garantida continuidade das obras

O presidente da Caesb, Ulisses Assad, informou que a suspensão de financiamento por parte da Caixa Econômica Federal só vai prejudicar, diretamente, as obras de saneamento do Distrito Federal, se a medida for mantida por mais de um mês. Portanto, a população não sentirá efeitos na área de abastecimento de água, em função dos cortes na liberação de recursos da CEF, e sim em função do aumento das tarifas, que foi solicitado ao Ministério da Fazenda há vários dias.

Ulisses Assad afirmou que o reajuste das tarifas não tem nenhuma ligação com a medida adotada pela Caixa Econômica, mas somente com a atual situação da empresa, que não está gerando recursos suficientes para se auto-sustentar.

As principais obras em execução pela Caesb são a duplicação da adutora da barragem do Rio Santo Antônio do Descoberto, que aumentará a capacidade de produção em 650 litros de água por segundo, e a despoluição do Paranoá. Outras obras menores da empresa continuam em andamento e as que estão em fase de conclusão não sofrerão nenhuma alteração em seu calendário.

Um exemplo é a estação de tratamento de Mestre D'Armas, em Sobradinho, que já está em pré-operação para teste de equipamentos. Ela deverá ser inaugurada oficialmente na próxima semana, passando a operar com sua capacidade total, que significa um aumento de 80 litros por segundo na produção de água do sistema de abastecimento daquela cidade-satélite. A ativação da estação de Mestre D'Armas afasta mais ainda a possibilidade de racionamento.

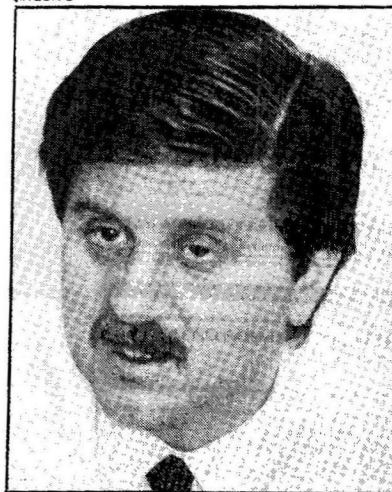
SEM ACORDO

Quanto à duplicação da adutora

do Descoberto, a questão extrapola a medida da Caixa Econômica, já que a obra tem como principal agente financeiro o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que até agora ainda não chegou a um acordo com o governo brasileiro sobre a liberação dos recursos. A Caixa Econômica Federal já repassou ao GDF, por sua vez, 25 milhões de dólares, que equivalem a menos da metade da verba necessária para a ampliação da barragem.

As obras de despoluição do Lago Paranoá também não sofrerão, de imediato, nenhuma interrupção. No convênio firmado entre GDF e Caixa Econômica já foi liberada a primeira parcela prevista para 1989. Apenas foi suspensa a segunda parcela, que deveria chegar aos cofres da Caesb no final do mês de junho.

ARQUIVO



Assad: reajuste garante obras